

PROGRAMA DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES NA FASE DE PRODUÇÃO

CONCESSÃO DE LEODÓRIO

CONTRATO ANP Nº 48000.003665/97-15



Volume único

Abril/2024

E&P



PETROBRAS

INSTALAÇÕES NA FASE DE PRODUÇÃO

CAMPO DE PRODUÇÃO LEODÓRIO

CONTRATO ANP Nº 48000.003665/97-15

Volume Único

Abril / 2024

UN-BA

	REV. 0	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F	REV. G	REV. H
DATA	30/04/2024								
PROJETO	PBA								
EXECUÇÃO	Vitor Villafañe								
VERIFICAÇÃO	Sheila Piton								
APROVAÇÃO	Thales Aragão								

AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO PROPRIEDADE DA PETROBRAS, SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.

FORMULÁRIO PERTENCENTE A PETROBRAS N-381REV. L.

APRESENTAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS, representada pela Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bahia, UN-BA, apresenta a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o **Programa de Descomissionamento das Instalações na Fase de Produção do Campo de Produção de Leodório**, localizado na Bacia do Recôncavo, no município de Entre Rios, estado da Bahia, em consonância com o Regulamento Técnico de Desativação de Instalações na Fase de Produção, instituído através da Resolução ANP nº 817/2020.

SUMÁRIO

1. REFERÊNCIA	5
2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES	6
3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS	6
4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS	7
4.1 Locação de Poços	7
4.2 Unidades de Produção Terrestre	12
4.3 Dutos de Escoamento	12
4.4 Gerenciamento de resíduos, rejeitos e efluentes	12
4.5 Recuperação Ambiental	12
4.6 Registros Fotográficos e Mapas Esquemáticos	15
5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES	21
5.1 Poços	21
5.2 Demais Instalações	21
6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	22
6.1 Descomissionamento de Poços	22
6.2 Sequência Operacional	22
6.3 Descomissionamento de demais Instalações e Equipamentos	23
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	23
7.1 Descrição dos Procedimentos e Engenharia	23
7.2 Serviço de Revegetação	24
7.3 Locais de Intervenções	27
7.4 Monitoramento	28
7.5 Conclusão	28
8. CRONOGRAMA	29
9. ESTIMATIVA DE CUSTOS	30
10. ANEXOS	31
Anexo 1 – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social na Petrobras	31
Anexo 2 – Licença de Operação	44

1. REFERÊNCIA

a) Contratado

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bahia - UN-BA.

b) Número do contrato

Contrato ANP Nº 48000.003665/97-15.

c) Área sob contrato

Campo de produção de Leodório, com 3,43km².

d) Bacia Sedimentar

Recôncavo.

e) Localização

O Campo de produção de Leodório está localizado no município de Entre Rios, estado da Bahia.

f) Data de início da produção

Campo entrou em produção em junho de 1982.

g) Data de previsão de término da produção

O Campo de Leodório tem previsão de término da produção em 2025, ao fim do Contrato de Concessão.

h) Tipo de descomissionamento

Total com devolução de área.

i) Tipologias de instalações contempladas no PDI (poços, linhas, unidades de produção, equipamentos, outras instalações)

Poços e bases de poços, spool de tubulação, tanque de armazenamento de óleo e dique de contenção, unidade de bombeio mecânico, placas de sinalização e instalações elétricas, sistema de drenagem e instalações de segurança patrimonial.

j) Processos de licenciamento no órgão ambiental licenciador

O Sistema Camaçari, que engloba o Campo Camaçari, tem sua operação amparada pela Portaria INEMA Nº 12.620/16, processo 2015.001.000089/LNEMA/LIC-00089, válida até

12/10/2022. Em 26/05/17 foi publicada a Portaria INEMA N° 14.091, que transferiu, nos registros do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, a titularidade da Licença de Operação concedida através da Portaria INEMA N° 12.620/16, em nome da PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - UNIDADE DE OPERAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO BAHIA UO - BA, inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.167/0132-70, para PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.167/0236-67.

k) licenças ambientais do empreendimento (identificação, escopo e prazo de validade).

Licença de Operação amparada pela Portaria INEMA N° 22922/21, processo 2017.001.000796/INEMA/LIC-00796, válida até 06/05/2025 (Anexo 2).

2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

O Contrato de Concessão do Campo de Leodório se encerra em agosto de 2025 e o potencial de produção da Concessão não apresenta viabilidade econômica para a Petrobras.

O descomissionamento da área sob contrato está previsto para ser realizado em 2026, em atendimento à resolução ANP n° 817 de 17/04/20, que aprovou o Regulamento técnico de desativação de instalações na fase de produção.

3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS

a) Proprietário da área onde se localizam as instalações a serem descomissionadas

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
1-LE-01-BA	Arivaldo Amâncio dos Santos	Fazenda Mineração
1-LE-02-BA	Juracy Sacramento Hayne	Fazenda Santa Marta

Tabela 1 – Proprietários das áreas onde se localizam os poços

b) Mapas, dados e informações georreferenciados das áreas onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas

A localização dos poços é apresentada nos Mapas 01 (base cartográfica) e 02 (ortofoto) do item 4.6.

c) Uso futuro da área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas.

A ser definida pelos superficiários.

4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS

4.1 Locação de Poços

4.1.1 Descrição

a) Área

POÇO	ÁREA (em hectares)
1-LE-01-BA	0,5714
1-LE-02-BA	0,3880

Tabela 2 – área dos poços em hectares

b) Localização

O Campo está localizado no Município de Entre Rios, estado da Bahia. Os poços da concessão estão situados conforme coordenadas abaixo:

- **1-LE-01-BA: E-600921,8 / N-8658815,2**
- **1-LE-02-BA: E-600684,5 / N-8658147,6**

c) Identificação da propriedade onde se situa a locação de poço e do respectivo proprietário

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
1-LE-01-BA	Arivaldo Amâncio dos Santos	Fazenda Mineração
1-LE-02-BA	Juracy Sacramento Hayne	Fazenda Santa Marta

Tabela 3 – Propriedades e proprietários das áreas onde se localizam os poços

d) Acessos e responsável pela construção dos acessos (contratado ou proprietário)

Poço 1-LE-01-BA

O responsável pela construção dos acessos é a Petrobras. Por não haver nenhuma outra instalação nem edificações próximas ao poço a ser descomissionado, seu acesso também deve ser devolvido e recuperado.

Poço 1-LE-02-BA

O responsável pela construção dos acessos é a Petrobras. Por não haver nenhuma outra instalação nem edificações próximas ao poço a ser descomissionado, seu acesso também deve ser devolvido e recuperado.

e) Número de poços

A Concessão de Leodório consta de 02 (dois) poços: 1-LE-0001-BA e 1-LE-0002-BA, sendo que o primeiro está abandonado permanentemente e o segundo em operação.

f) Número de tanques

O campo possui 01 (um) tanque de produção.

g) Edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades

Linha de coleta em operação, unidade de bombeio, canaleta de drenagem de concreto, bases de concreto de poços, dique de concreto do tanque, base metálica de elevação do tanque, conversor de frequência, abrigo metálico do conversor de frequência, portões de acesso, cerca de arame farpado com estacas de concreto, poste e transformador de energia, placas de sinalização.

h) Plataforma de carregamento de petróleo

A área de carregamento de petróleo não possui base de concreto, somente cascalho que será removido na fase de plantio da recuperação ambiental.

i) Sistema de drenagem**Poço 1-LE-01-BA**

Canaleta de drenagem de concreto sem funcionalidade próximo da base do poço.

Poço 1-LE-02-BA

Não foi encontrado sistema de drenagem nesse poço.

j) Taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado)**Poço 1-LE-01-BA**

Não há presença de talude na locação do poço.

Poço 1-LE-02-BA

Talude não vegetado com processo erosivo avançado a, aproximadamente, 15 metros do poço.

k) Corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento**Poço 1-LE-01-BA**

Não há presença de corpos hídricos no entorno da locação do poço.

Poço 1-LE-02-BA

Não há presença de corpos hídricos no entorno da locação do poço.

I) Uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial)

Poço 1-LE-01-BA

Não há ocorrência de indústrias nas proximidades desta área. Não há cultivos agrícolas nas proximidades do poço.

Poço 1-LE-02-BA

Não há ocorrência de indústrias nas proximidades desta área. Não há cultivos agrícolas nas proximidades do poço.

4.1.2 Poços

4.1.2.1 Poço 1-LE-01-BA

a) Finalidade

Poço Exploratório Pioneiro.

b) Status atual

Abandonado permanentemente.

c) Cota do terreno

106,05 m.

d) Data do término da perfuração

18/11/1968.

e) Data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável

18/11/1968.

4.1.2.2 Poço 1-LE-02-BA

a) Finalidade

Poço Exploratório Pioneiro.

b) Status atual

Produzindo.

c) Cota do terreno

110,68 m.

d) Data do término da perfuração

25/04/1982.

e) Data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável

Não se aplica. Poço em operação.

4.1.3 Dutos de coleta**4.1.3.1 Linha de coleta de 3", material aço carbono do poço 1-LE-02-BA****a) tipo do duto**

Tronco de óleo.

b) nome e código de identificação

Duto de Coleta – Trecho entre o Poço 1-LE-02-BA e o Tanque TQ-310G00-01:

- Nome: Ponto de Coleta do LE-2
- TAG/Sigla da Instalação: LEODO
- Código de Identificação DPP: 10547
- Código de identificação SAP: 00007517

c) nome e código da origem

Origem – Cabeça de Produção Poço 1-LE-02-BA:

- Nome: Ponto de Coleta do LE-2
- TAG/Sigla da Instalação: LEODO
- Código origem: 10547

d) nome e código do destino

Destino – Tanque de Coleta TQ-310G.0001:

- Nome: Ponto de Coleta do LE-2
- TAG/Sigla da Instalação: LEODO
- Código destino: 10547

e) ano de instalação

1982.

f) extensão total (m)

45 m.

g) extensão dos trechos aéreos, enterrados e submersos (m)

23 m de trecho aéreo, 22 m de trecho enterrado.

h) diâmetro nominal (pol)

3 pol.

i) tipo de estrutura (rígido, flexível, polimérico ou híbrido)

Rígido.

j) massa total por trecho (t)

$7,47 \text{ kg/m} * 45\text{m} = 336,15 \text{ kg} = 0,336 \text{ t}$.

k) produto movimentado

Óleo.

l) condição atual de enterramento (profundidade estimada de enterramento)

Profundidade estimada de enterramento é de 1 metro.

m) situação

Operacional.

n) condição e data da última limpeza

Não aplicável – Linha de produção conecta o poço ao tanque.

o) condição de tamponamento

Não aplicável. Poço em operação.

p) arquivo de localização georreferenciada dos dutos, segundo o Padrão ANP 4C ou superveniente

Não existem dutos passando pelo Ring Fence da Concessão de Leodório.

4.2 Unidades de Produção Terrestre

Não aplicável.

4.3 Dutos de Escoamento

Não aplicável.

4.4 Gerenciamento de resíduos, rejeitos e efluentes

A operação de descomissionamento da Concessão de Leodório produzirá unicamente dois tipos de resíduos: sucatas de metais ferrosos, proveniente da remoção de todas as estruturas metálicas existentes e entulho de obra, resultante da demolição das bases dos poços e do dique do tanque.

A sucata de metais ferrosos é basicamente a retirada do spool de tubulação referente à linha de coleta localizada na locação do poço 1-LE-02-BA, a base de elevação do tanque TQ-310G00-01.

Após remoção, os materiais metálicos serão enviados para a área de armazenamento de sucata ferrosa no Campo de Taquipe, em São Sebastião do Passé – BA, onde permanecerá armazenada, destinando-se a compor futuros lotes desses materiais, que serão oferecidos internamente ou alienados em leilões, sendo encaminhada pelos arrematantes, posteriormente, a processos de reciclagem. Estruturas contaminadas com óleo passarão por uma etapa de descontaminação, antes de ser disponibilizada para comercialização.

O concreto armado demolido passará, inicialmente, por uma etapa de fracionamento, para diminuição das dimensões das partes menores. Posteriormente, esse material será carregado em caçambas abertas com lonas protetoras, e transportado diretamente para aterros industriais de reservação de inertes (RCC).

O quantitativo estimado de resíduos que serão gerados no descomissionamento desta concessão é de 600 toneladas de artefatos de concreto e 11 toneladas de sucata de metais ferrosos.

A fiscalização do manejo e gerenciamento de resíduos produzidos pela UN-BA em suas atividades operacionais terrestres é de competência do INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, sendo que a Unidade presta conta mensalmente a esse órgão estadual dos quantitativos de resíduos sólidos perigosos gerados, armazenados e destinados e, anualmente, por meio do RTGA – Relatório Técnico de Garantia Ambiental, de todos os resíduos sólidos perigosos e não perigosos decorrentes de suas operações.

4.5 Recuperação Ambiental

Poço 1-LE-01-BA

A base do poço encontra-se com vegetações de espécies gramíneas e leguminosas. O seu entorno possui plantio de eucalipto (Foto 01 de 25/03/24). Não foram encontrados processos erosivos que necessitem de intervenções ambientais.



Foto 01: Vista panorâmica do Poço 1-LE-01-BA

Foi verificada pavimentação de concreto na área da base do poço (Foto 02). A cabeça do poço encontra-se tamponada e com acúmulo de água (Foto 03). Ambas as fotos são de 25/03/24.



Foto 02: Base de concreto



Foto 03: Cabeça do poço tamponado com acúmulo de água

Próximo da base do poço foi verificada uma canaleta de concreto sem funcionalidade (Foto 04 de 25/03/24).



Foto 04: Canaleta de drenagem próximo da base do poço

Poço 1-LE-02-BA

A base do poço possui pavimentação de concreto e cascalho, as estruturas operacionais encontram-se preservadas. Verificou-se vegetações de espécies rasteiras (gramíneas e leguminosas) dispersas (Fotos 05 e 06).



Fotos 05 e 06: Vista da base do poço cascalhada e com equipamentos operacionais preservados.

O talude de corte à noroeste do poço encontra-se com aspectos relevantes de degradações ambientais. Esses processos erosivos em sulcos e ravinamentos ocasionaram a formação de voçoroca que avança carregando sedimentos para próximo da base do poço (Fotos 07 e 08). Carreamento de sedimentos para próximo da base do poço (Fotos 09 e 10).



Foto 07 e 08: Talude de corte com processos erosivos relevantes ocasionando formação de voçorocas



Foto 09 e 10: Carreamento de sedimento para próximo da base do poço

4.6 Registros Fotográficos e Mapas Esquemáticos

a) Registros fotográficos atualizados das áreas e instalações a serem descomissionadas e daquelas consideradas descomissionadas, com identificação da data de realização dos registros:

Poço 1-LE-01-BA

A situação atual do poço é apresentada nas fotos abaixo e sua localização nos mapas 01 e 02 do item 4.6, alínea “b”. Será descomissionado nesta locação a base de concreto e a cabeça do poço, que está tamponada e com acúmulo de água e uma canaleta de concreto de drenagem próxima ao poço. Não foram observados cascalho ou solo contaminado.



Fotos 11 e 12: antepoço do 1-LE-01-BA e cabeça do poço submerso ao alagamento pluvial – em 02/02/2024



Fotos 13 e 14: Base de concreto do Poço 1-LE-01-BA

Poço 1-LE-02-BA

A situação atual do poço é apresentada nas fotos abaixo e sua localização nos mapas 01 e 02 do item 4.6, alínea “b”. O poço encontra-se em operação e será realizado o descomissionamento total das instalações: abandono e arrasamento do poço, remoção de equipamentos de superfície, antepoço, revestimento e base de concreto do poço, unidade de bombeio mecânico, linha de coleta (spools de tubulação), tanque de armazenamento, bases de concreto e de elevação do tanque, instalações elétricas, instalações de segurança patrimonial e placas de sinalização. Não foram observados cascalho ou solo contaminado.



Fotos 15 e 16: Portões de acesso à Localização do Poço 1-LE-02-BA



Foto 17: Unidade de Bombeio Mecânico



Foto 18: Vista da base do poço, Unidade de Bombeio Mecânico e Tanque TQ-310G00-01



Foto 19: Duto de Coleta do Poço 1-LE-02-BA



Foto 20: Tanque TQ-310G00-01

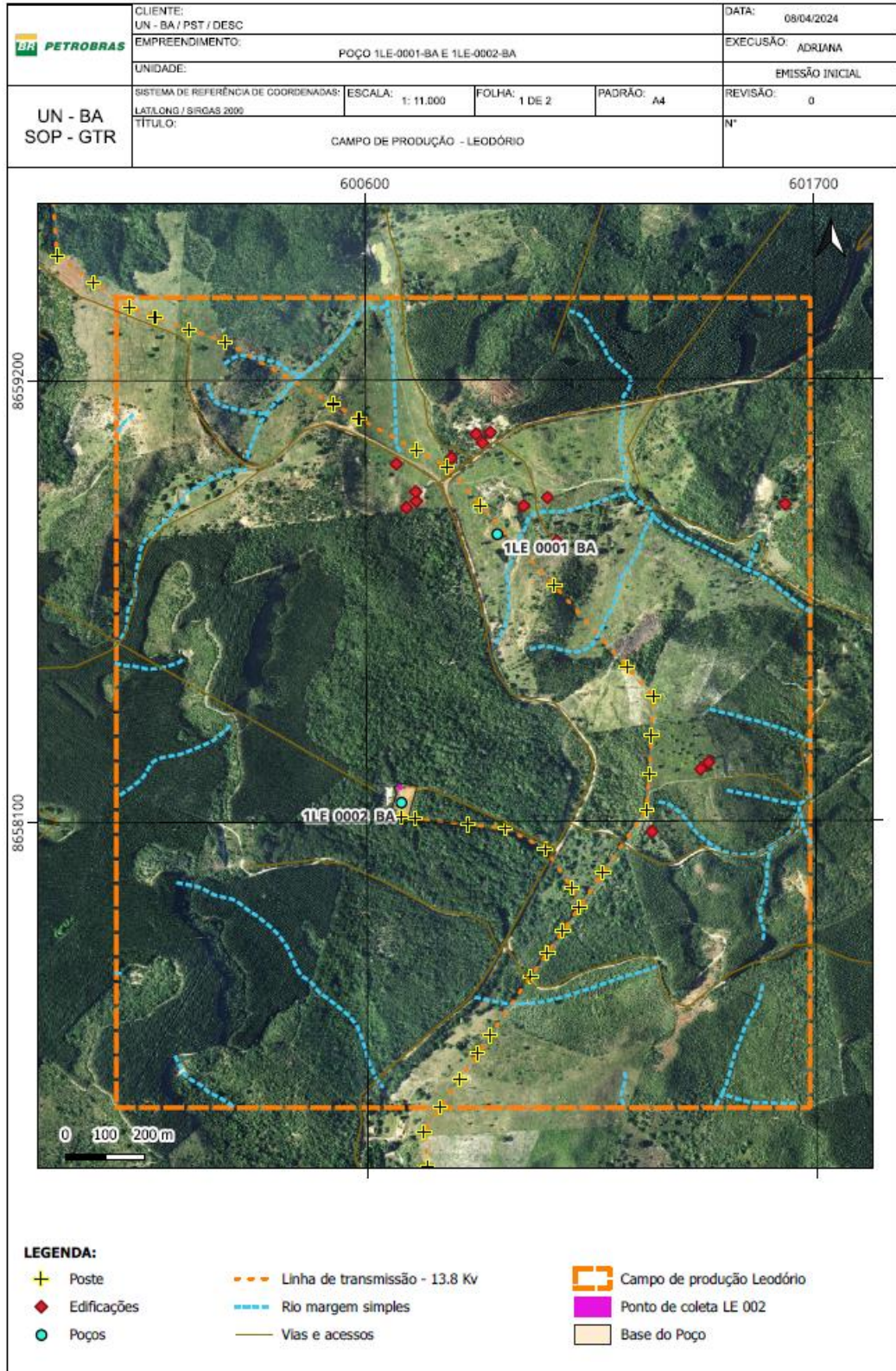


Foto 21: Poste de energia e Abrigo do Conversor de Frequência

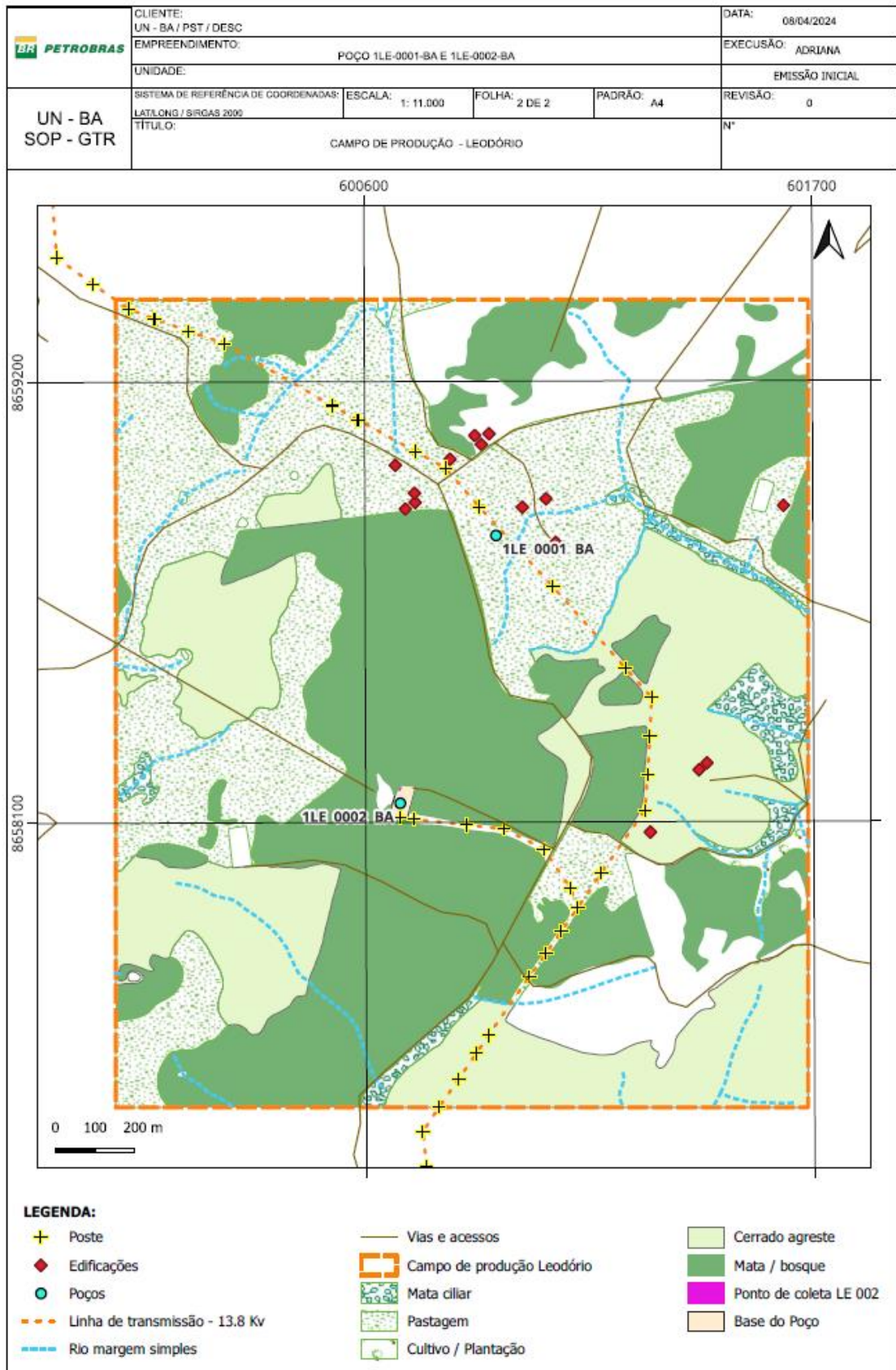


Foto 22: Vista Panorâmica da Localização do Poço 1-LE-02-BA

b) Mapas, dados e informações georreferenciados contendo a localização de todas as instalações de produção existentes na área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas, destacando aquelas que são alvo do PDI:



Mapa 01: Mapa Geral Ortofoto do campo de Leodório



Mapa 02: Mapa Geral Base Cartográfica do campo de Leodório

c) Esquemáticos das instalações de produção existentes na área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas.

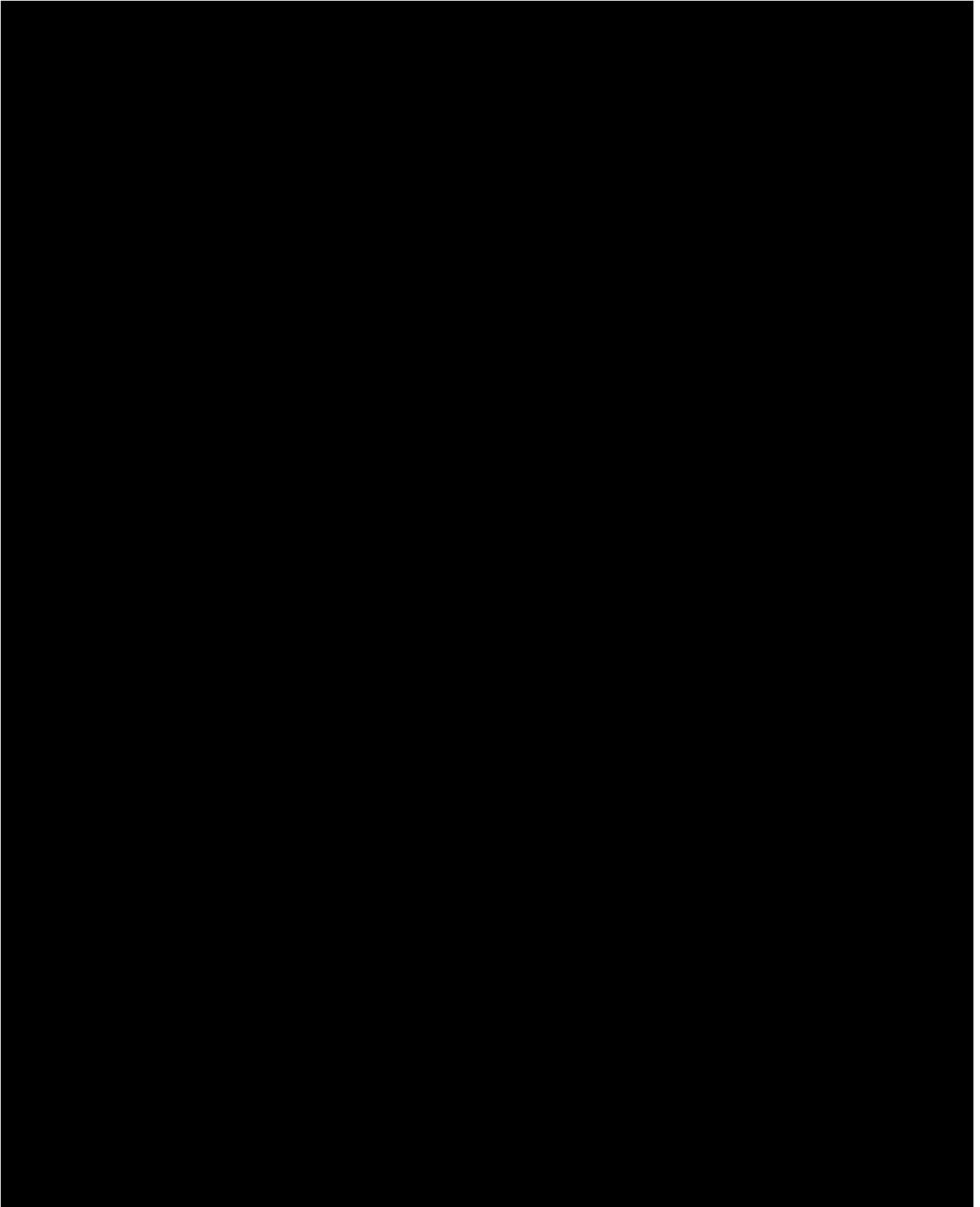


Figura 01- Esquema mecânico do poço 1-LE-01-BA

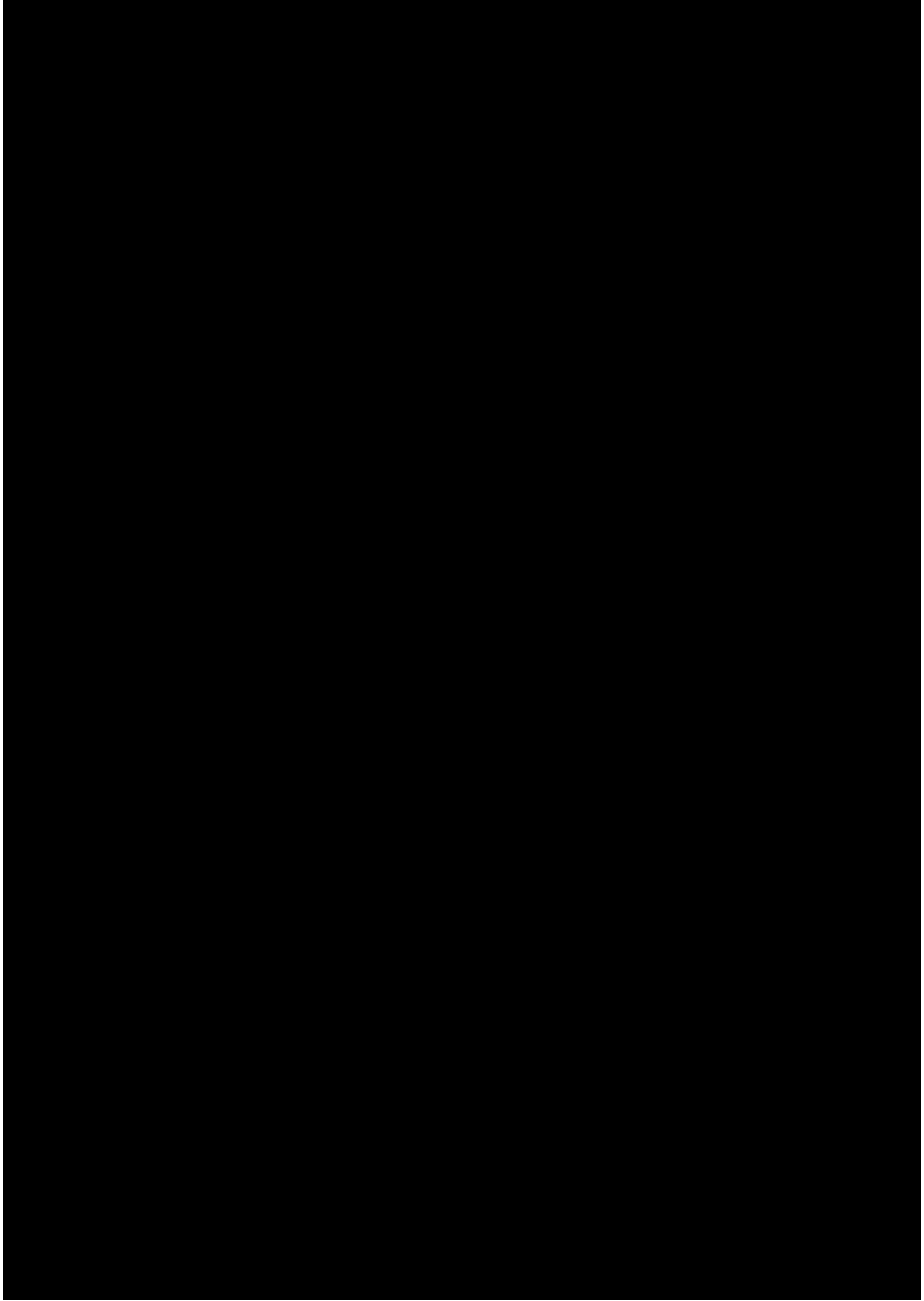


Figura 02 - Esquema mecânico do poço 1-LE-02-BA

5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

5.1 Poços

5.1.1 Poço 1-LE-01-BA

a) Status final previsto

Arrasado.

b) Estruturas que não serão removidas, quando aplicável.

Não aplicável.

5.1.2 Poço 1-LE-02-BA

a) Status final previsto

Arrasado.

b) Estruturas que não serão removidas, quando aplicável.

Não aplicável.

5.2 Demais Instalações

O trecho de 45 metros de linha de coleta que vai do Poço 1-LE-02-BA até o Tanque TQ-310G00 será integralmente removido e destinado para a área de armazenamento do Campo de Taquipe para reuso futuro ou descartado como sucata metálica.

O Tanque TQ-310G00-01 será ofertado internamente, alienado ou removido, com a devida destinação para reuso futuro ou descartado como sucata metálica.

Unidade de bombeio mecânico do poço 1-LE-02-BA será ofertada internamente, alienada ou removida, com devida destinação para uso futuro.

Base de concreto do tanque e bases de concreto dos poços serão demolidas e removidas com os devidos Certificados de Destinação Final de Resíduos.

Instalações elétricas e instalações de segurança patrimonial serão removidas, destinadas à área de armazenamento no Campo de Taquipe e disponibilizadas para reuso futuro.

6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

6.1 Descomissionamento de Poços

As intervenções para arrasamento do poço 1-LE-01-BA e abandono permanente e arrasamento do poço 1-LE-02-BA serão realizadas conforme padrão interno PP-2TAR-00094 – Diretrizes para Abandono de Poços no TAR/CPT, o qual está em consonância com o Caderno de Boas Práticas do IBP – Diretrizes para Abandono de Poços e com a Resolução ANP nº 46, de 01/11/2016 - DOU 03/11/2016 – Retificado DOU 07/11/2016 – Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade de Poços (SGIP).

6.2 Sequência Operacional

O poço 1-LE-1-BA sofrerá intervenção com sonda apenas para arrasamento (tampão de cimento de superfície e retirada dos equipamentos de superfície) e o poço 1-LE-2-BA sofrerá intervenção com sonda para abandono permanente e arrasamento em conformidade com o SGIP, compreendendo a realização de tampões de cimento (entre as diversas zonas portadoras de hidrocarbonetos e aquíferos, além do tampão de superfície) e remoção dos equipamentos de superfície.

6.2.1 Poço 1-LE-01-BA

Serão realizadas as seguintes operações no poço 1-LE-1-BA com sonda de produção terrestre (SPT):

- Soldar ponta de revestimento e instalar cabeça de produção;
- Cortar bucha de cimento na superfície;
- Realizar tampão de superfície de 70,0m até a base do antepoço e;
- Cortar tubo condutor e revestimento de superfície, na base do antepoço.

6.2.2 Poço 1-LE-02-BA

Serão realizadas as seguintes operações no poço 1-LE-2-BA com sonda de produção terrestre (SPT):

- Amortecer o poço;
- Retirar a coluna de produção;
- Condicionar revestimento;
- Efetuar tampões de cimento no intervalo 2590,0 - 2500,0m;
- Efetuar corte e recuperação do revestimento de produção a 1040,0m;
- Efetuar tampão de cimento no intervalo 1025,0 - 970,0m;
- Efetuar tampão de cimento de 70m até o fundo do antepoço e;
- Retirar as cabeças de produção e revestimento, cortar tubo condutor, revestimento de superfície, revestimento intermediário e revestimento de produção na base do antepoço.

6.3 Descomissionamento de demais Instalações e Equipamentos

O trecho de linha de coleta que vai do Poço 1-LE-02-BA até o Tanque TQ-310G00 passará por um processo de descontaminação e, posteriormente, removido, tanto o trecho aéreo (aproximadamente 23 metros) quanto o trecho enterrado (aproximadamente 22 metros), conforme capítulo 12 da Norma N-2689 e padrão Petrobrás PE-3USE-01159 - Descomissionamento de Linhas de Surgência.

O Tanque TQ-310G00-01 será desativado e passará por um processo de descontaminação para ser ofertado internamente, alienado ou removido, com a devida destinação para reuso futuro ou como sucata metálica.

Unidade de bombeio mecânico do poço 1-LE-02-BA será removida para a execução do abandono e arrasamento do poço com sonda. Será ofertada internamente, alienada ou removida, com devida destinação para uso futuro.

Base de concreto do tanque e bases de concreto dos poços serão demolidas e removidas com os devidos Certificados de Destinação Final de Resíduos.

As instalações elétricas e de segurança patrimonial serão removidos, destinados à área de armazenamento no Campo de Taquipe e disponibilizados para reuso futuro.

Toda sucata metálica será enviada para a área de armazenamento no Campo de Taquipe.

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

7.1 Descrição dos Procedimentos e Engenharia

No processo de recuperação de áreas degradadas a vegetação tem papel importante na estabilidade do solo, uma vez que amortece o impacto das chuvas, regularizando e reduzindo o escoamento superficial e, conseqüentemente, o arraste de partículas, aumentando o tempo disponível para absorção da água pelo subsolo, diminuindo a ocorrência de processos erosivos.

Os serviços de engenharia têm como objetivo assegurar as condições de desenvolvimento do sistema vegetativo a ser implantado, para isto, as atividades deverão visar a proteção da área vegetada e permitir a infiltração de água no solo para nutrir a vegetação plantada. Recomendamos que os serviços de engenharia sejam realizados no período de estiagem objetivando alcançar maior produtividade e permitir que o plantio seja realizado no início da estação chuvosa.

7.1.1 Serviço de engenharia na área do Poço LE-01

- Construção de cerca de isolamento, no perímetro da base do poço, evitando a entrada de animais.

Como não há processos erosivos, não há necessidade de demais serviços de engenharia.

7.1.2 Serviço de engenharia na área do Poço LE-02

- Reconformação manual e mecânica do talude a montante do poço;
- Aplicação de biomanta antierosiva após a aplicação da hidrossemeadura;
- Reforma e construção de sistema de drenagens na área e entorno do poço e;
- Construção de bacia de sedimentação.

O local onde serão realizados os serviços estão informados no mapa 4.

7.2 SERVIÇO DE REVEGETAÇÃO

Os serviços de plantio têm como objetivo a recomposição da cobertura vegetal contribuindo para a infiltração da água e estabilidade do solo. É recomendável que os serviços de hidrossemeadura e plantio de mudas sejam realizados no período de chuva, que na região de Alagoins/BA ocorre entre os meses de abril e agosto, preferencialmente no início da estação para que o plantio permaneça bem hidratado o maior tempo possível evitando a necessidade de irrigação.

7.2.1 Serviços de plantio na área do talude próximo ao Poço LE-2

- Aplicação de hidrossemeadura com adubações e mix de sementes compostas por espécies de gramíneas, leguminosas, conforme tabelas 4 e 5 na localização do mapa 4.

Gramíneas - Espécies indicadas					
Nome Popular	Nome Científico	Família	Origem	Quantidade semente/kg	Valor (R\$/kg)
Capim navalha	<i>Hypolytrum pungens</i>	Cyperaceae	Nativa	750000	19.95
Capim colômbio	<i>Panicum maximum</i>	Poaceae	Exótica	750000	25.98
Grama seda	<i>Cynodon dactylon</i>	Poaceae	Exótica	285000.00	55.00
Capim Kikuo	<i>Pennisetum clandestinum</i>	Poaceae	Exótica	285000.00	95.00
Grama batatais	<i>Paspalum notatum</i>	Poaceae	Nativa	285000.00	42.00
Capim australiano	<i>Eragrostis curvula</i>	Poaceae	Exótica	220000.00	95.00
Azevém anual	<i>Lolium multiflorum</i>	Poaceae	Exótica	475000.00	8.69

Tabela 4: Lista de espécies gramíneas indicadas para a plantio

Adubação verde - Espécies indicadas					
Nome Popular	Nome Científico	Família	Origem	Quantidade semente/kg	Valor (R\$/kg)
Crotalaria	<i>Crotalaria juncea</i>	Fabaceae	Exótica	4500.00	15.20
Sensitiva	<i>Mimosa pudica</i>	Fabaceae	Nativa	1000.00	149.00
Ameioim forrageiro	<i>Arachis pintoi</i>	Fabaceae	Exótica	3800.00	48.00
Lab-Habi	<i>Lablab purpureus</i>	Fabaceae	Exótica	800.00	40.00
Soja perene tardia	<i>Glycine javanica</i>	Fabaceae	Exótica	5882.00	48.00
Feijão de porco	<i>Canavalia ensiformis</i>	Fabaceae	Exótica	720.00	250.00
Mucuna preta	<i>Mucuna pruriens</i>	Fabaceae	Exótica	500.00	55.00
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i>	Pedaliaceae	Exótica	3800.00	17.00
Feijão guandu	<i>Cajanus cajan</i>	Fabaceae	Exótica	3450.00	40.00

Tabela 5: Lista de espécies leguminosas indicadas para a plantio

7.2.2 Serviços de plantio nas áreas dos Poços LE-01 e LE-2

- De forma geral, plantar nas áreas dos poços localizados nos mapas 3 e 4 mudas nativas diversificadas, em especial, Aroeira, Ingá, Embaúba, Peito de Pombo, Guanandi, Mulungú do Litoral, Ipê, Pinha do Brejo entre outros, que se caracterizam por bom desenvolvimento no ambiente local, apresentadas na tabela 6 abaixo.

Nome Popular	Nome Científico	Família	Origem
Açoita cavalo	<i>Luehea candicans</i>	Malvaceae	Nativa
Alecrim do campo	<i>Baccharis dracunculifolia</i>	Asteraceae	Nativa
Amendoim bravo	<i>Pterogyne nitens</i>	Fabaceae	Nativa
Amendoim do campo	<i>Platypodium elegans</i>	Fabaceae	Nativa
Amendoim falso	<i>Acosmium subelegans</i>	Fabaceae	Nativa
Angico branco	<i>Anadenanthera colubrina</i>	Fabaceae	Nativa
Araçá-amarelo	<i>Psidium cattleianum</i>	Myrtaceae	Nativa
Araçá	<i>Psidium rufum</i>	Myrtaceae	Nativa
Aracatium	<i>Annona coriacea</i>	Annonaceae	Nativa
Aroeira pimenteira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	Nativa
Arranha-gato	<i>Acacia plumosa</i>	Fabaceae	Nativa
Assa-peixe	<i>Vernonia polysphaera</i>	Asteraceae	Nativa
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	Nativa
Canela amarela	<i>Ocotea velloziana</i>	Lauraceae	Nativa
Canelinha	<i>Nectandra megapotamica</i>	Lauraceae	Nativa
Capixinguí	<i>Croton floribundus</i>	Euphorbiaceae	Nativa
Cassia	<i>Cassia alata</i>	Fabaceae	Nativa
Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Caesalpinaceae	Nativa
Dedaleiro	<i>Lafoensia pacari</i>	Lythraceae	Nativa
Embaúba	<i>Cecropia glaziovii</i>	Urticaceae	Nativa
Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i>	Urticaceae	Nativa
Faveiro	<i>Dimorphandra mollis</i>	Fabaceae	Nativa
Fedegoso	<i>Senna macranthera</i>	Fabaceae	Nativa
Figueira	<i>Ficus guaranitica</i>	Moraceae	Nativa
Inga	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae	Nativa
Inga brejo	<i>Inga vera</i>	Fabaceae	Nativa
Ipê Amarelo do Cerrado	<i>Handroanthus serratifolius</i>	Bignoniaceae	Nativa
Ipê roxo sete folhas	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Bignoniaceae	Nativa
Jacarandá bico de pato	<i>Machaerium nyctitans</i>	Fabaceae	Nativa
Jacarandá do cerrado	<i>Machaerium acutifolium</i>	Fabaceae	Nativa
Lixa	<i>Aloysia virgata</i>	Verbenaceae	Nativa
Lobeira	<i>Solanum lycocarpum</i>	Solanaceae	Nativa
Mama-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Moraceae	Nativa
Mamona do mato	<i>Mabea fistulifera</i>	Euphorbiaceae	Nativa
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Apocynaceae	Nativa
Marica	<i>Mimosa bimucronata</i>	Leguminosae	Nativa
Miconia	<i>Miconia discolor</i>	Melastomataceae	Nativa
Miconia	<i>Miconia lepidota</i>	Melastomataceae	Nativa
Mirindiba rosa	<i>Lafoensia glyptocarpa</i>	Lythraceae	Nativa
Monjoleiro	<i>Acacia polyphylla</i>	Fabaceae	Nativa
Munici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	Malpighiaceae	Nativa
Mutambo	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Malvaceae	Nativa
Pau santo	<i>Kielmeyera coriacea</i>	Clusiaceae	Nativa
Pau terra	<i>Qualea grandiflora</i>	Vochysiaceae	Nativa
Peito de pombo	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae	Nativa
Pimenta macaco	<i>Xylopia aromatica</i>	Anonaceae	Nativa
Pindaíba	<i>Xylopia brasiliensis</i>	Annonaceae	Nativa
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>	Fabaceae	Nativa
Sucupira preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Fabaceae	Nativa
Tamanqueiro	<i>Aegiphilla sellowiana</i>	Lamiaceae	Nativa
Tapia	<i>Alchomea glandulosa</i>	Euphorbiaceae	Nativa
Unha-de-vaca	<i>Bauhinia holophylla</i>	Fabaceae	Nativa

Tabela 6: Lista de espécies arbóreas indicadas para a plantio

- Para o serviço de replantio, pode ser utilizado alguns métodos de abertura das covas. Para as espécies indicadas das áreas que serão recuperadas nesta concessão, o método mais indicado é abertura de covas nas dimensões de 0,30m x 0,30m x 0,30m (largura, comprimento e altura) e as adubações nas quantidades adequadas, conforme representadas na tabela 7 abaixo:

Dimensão da cova	Adubação
Cova de 20x20x20 cm	8 g de Calcário dolomítico
	13 g do adubo formulado NPK 4-14-8
	40 g do adubo Superfosfato simples
	1,6 L de composto orgânico ou esterco curtido
Cova de 30x30x30 cm	27 g de Calcário dolomítico
	45 g do adubo formulado NPK 4-14-8
	135 g do adubo Superfosfato simples
	5,4 L de composto orgânico ou esterco curtido
Cova de 50x50x50 cm	125 g de Calcário dolomítico
	206 g do adubo formulado NPK 4-14-8
	625 g do adubo Superfosfato simples
	25 L de composto orgânico ou esterco curtido

Tabela 7: Referência de adubação (sem análise do solo) por dimensão de cova. Fonte: Lopes; Stringheta (1999)

- A distribuição das mudas durante o plantio será realizada em linhas alternadas e com distanciamento mínimo de 2 metros entre elas, conforme representação da figura 03 abaixo:

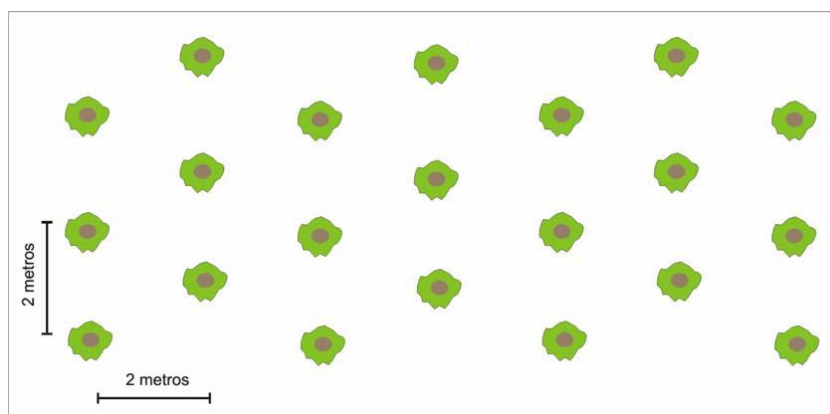


Figura 03: Distribuição das mudas, em quincôncio (linhas alternadas) – Fonte: IRC Internacional

7.3 LOCAIS DE INTERVENÇÕES

As intervenções de Recuperação Ambiental serão realizadas nas localizações conforme demonstrados nos mapas 03 e 04.



Mapa 03: Área do Poço 1-LE-01-BA onde será realizado o serviço de recuperação



Mapa 4: Área do Poço 1-LE-02-BA onde será realizado o serviço de recuperação

7.4 MONITORAMENTO

O monitoramento da área de intervenção ambiental é de grande importância pois permite analisar e julgar a eficiência das técnicas empregadas e indicar a necessidade da frequência de futuras inspeções.

O plano de monitoramento contém a metodologia e frequência para avaliar as obras de infiltração pluvial e as atividades de recuperação da vegetação natural. Recomenda-se a primeira inspeção após 30 dias do plantio e as demais a cada 2 meses.

7.5 CONCLUSÃO

Após a realização dos levantamentos ambientais abrangente nas áreas das bases dos poços de petróleo, ficou evidente que na locação do poço 1-LE-01-BA não há impactos ambientais que exijam medidas além das adotadas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, que são: preparação do solo, plantio de mudas nativas, e isolamento da área.

Na locação do poço 1-LE-02-BA, além dessas intervenções ambientais previstas na área da base, será necessária uma tratativa específica na área do talude, situado a noroeste do poço, onde verificou-se presença de voçoroca em estado avançado de degradação.

8. CRONOGRAMA

O cronograma de realização das atividades de Recuperação Ambiental nas áreas dos poços 1-LE-01-BA e 1-LE-02-BA, no campo de Leodório, está dividido entre as etapas de intervenção para recuperação física e revegetação, com previsão de início ao final de 2025, conforme representado na tabela 8.

ETAPA	MÊS																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Recuperação Física																		
Reconformação e ajuste topográfico																		
Eliminação de focos erosivos																		
Reforma e construção de cerca																		
Revegetação																		
Coveamento/berços, adubação e plantio de primeira etapa (mudas nativas de mata ciliar).																		
Combate às formigas																		
Replantio de mudas (segunda etapa - enriquecimento).																		
Coroamento																		
Irrigação se possível																		
Manutenção e monitoramento																		

Tabela 8: Cronograma das etapas de recuperação

O cronograma geral de Descomissionamento das instalações da Concessão de Leodório está representado na tabela 9, desde a fase de planejamento até o monitoramento da recomposição ambiental e a entrega do Relatório de Descomissionamento de Instalações (RDI) à ANP.

Atividades	2024								2025								2026								
	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	maio/24	jun/24	jul/24	ago/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	maio/25	jun/25	jul/25	ago/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	maio/26	jun/26	jul/26	ago/26	
Aprovação do PDI pela ANP																									
Planejamento e Contratação dos Serviços																									
Abandono e Arrasamento de Poços																									
Arrasamento Poço 1-LE-01-BA																									
Remoção das instalações de superfície Poço 1-LE-01-BA																									
Abandono e Arrasamento do Poço 1-LE-02-BA																									
Remoção das instalações de superfície Poço 1-LE-02-BA																									
Descomissionamento de Instalações e Equipamentos																									
Demolição de Base e remoção dos artefatos de concreto do Poço 1-LE-01-BA																									
Demolição de Base e remoção dos artefatos de concreto do Poço 1-LE-02-BA																									
Limpeza, raquetamento e remoção da Linha de Coleta poço 1-LE-02-BA																									
Desativação, limpeza, desmontagem e remoção do Tanque TQ-310G00-01																									
Desmontagem e remoção da base metálica de elevação do Tanque TQ-310G00-01																									
Demolição de Base e remoção dos artefatos de concreto do Tanque TQ-310G00-01																									
Remoção das instalações elétricas e de segurança patrimonial																									
Recuperação Ambiental																									
Poço 1-LE-01-BA																									
Poço 1-LE-02-BA																									
Áreas do entorno																									
Monitoramento da Recomposição Ambiental																									
Relatório de Descomissionamento																									
Elaboração e entrega dos relatórios parciais																									
Elaboração e entrega do RDI à ANP																									

Tabela 9 - Cronograma de Descomissionamento da Concessão de Leodório

9. ESTIMATIVA DE CUSTOS

O custo estimado para o arrasamento do poço 1-LE-1-BA [REDACTED].

O custo estimado para abandono permanente e arrasamento do poço 1-LE-2-BA [REDACTED]

O descomissionamento das instalações e equipamentos considera a desativação, limpeza de resíduos, desmontagem, demolição e remoção de artefatos de concreto e logística para remoção. O custo estimado para esta atividade é de [REDACTED]

O custo estimado de Recuperação Ambiental é de [REDACTED]

Custo total estimado: [REDACTED]

10. ANEXOS**Anexo 1 – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social na Petrobras**

INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL															
ÁREA DE NEGÓCIO: E&P															
PROGRAMA DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES TERRESTRES (PDI): Campo Leodório (Poços 1-LE-01-BA e 1-LE-02-BA)															
GERÊNCIA RESPONSÁVEL: UN-BA/PST/DESC															
ÍNDICE DE REVISÕES															
REV.	DESCRIÇÃO DAS REVISÕES														
								REV. 0	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F	
								DATA	15.03.2024						
								ELABORAÇÃO	RS						
VERIFICAÇÃO	RS														
APROVAÇÃO	RS														

As informações deste documento são propriedade da Petrobras, sendo proibida a utilização fora da sua finalidade.

PARTE A – SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PETROBRAS

A.1 Direcionamentos de Responsabilidade Social

O respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança é um valor para a Petrobras. Nesse sentido, nosso novo Plano Estratégico (PE 2024-2028), aprovado em 23/11/2023, integra os elementos ASG (Ambiental, Social e Governança) em uma única visão, tendo dentre suas prioridades, reduzir a pegada de carbono; proteger o meio ambiente; cuidar das pessoas; e atuar com integridade. Para cada uma dessas prioridades foi identificado um conjunto de temas relevantes que suportam e direcionam as nossas ações, projetos, programas e compromissos relacionados.

Para a prioridade “cuidar das pessoas”, destacamos: Proporcionar retorno à sociedade de no mínimo 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários (até 2030); e estar entre as três empresas de O&G mais bem colocadas no ranking de Direitos Humanos até 2030. Já para o eixo “atuar com integridades, destacamos: ter 100% dos fornecedores relevantes treinados em Integridade e/ou Privacidade até 2030; realizar Due Diligence de Direitos Humanos em 100% dos nossos fornecedores relevantes até 2030; e avaliar, em 100% das contratações nas categorias estratégicas, a ampliação de requisitos ASG (fonte: <https://agencia.petrobras.com.br/pt/institucional/petrobras-aprova-plano-estrategico-2024-2028-com-investimentos-de-us-102-bilhoes-23-11-2023/>)

Esses valores se desdobram em diversos documentos orientadores da nossa forma de fazer negócio e da maneira como nos relacionamos com nossos públicos de interesse.

Nosso Código de Conduta Ética estabelece, no item 4.2 Direitos Humanos, que é dever da Petrobras respeitar, conscientizar, prevenir a violação e promover os direitos humanos em suas atividades, além de atuar em conformidade com os direitos humanos protegidos por tratados e convenções internacionais, reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade a pessoas ou comunidades afetadas por nossas atividades, com a máxima agilidade. Essa observância deve se dar ainda nos ambientes e canais online internos e externos da empresa (fonte: Código de Conduta Ética, página 10).

Nossa Política de Responsabilidade Social tem como diretrizes: (i) Integrar a gestão de riscos e impactos sociais nas tomadas de decisão e processos do negócio, identificando e tratando suas causas, minimizando a severidade dos riscos e impactos negativos e potencializando os positivos; (ii) Respeitar e promover os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar violações nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e parcerias, e combatendo a discriminação em todas as suas formas.

(fonte: <https://agencia.petrobras.com.br/pt/institucional/petrobras-atualiza-politica-de-responsabilidade-social-com-diretrizes-para-direitos-humanos-e-transicao-energetica-justa-26-12-2023/>)

Nossas Diretrizes de Direitos Humanos, no eixo 3.2.2 Relacionamento com as Comunidades, descreve como orientações específicas:

- a) Respeitar as comunidades onde atuamos, promovendo a gestão de impactos socioculturais, humanos, econômicos e ambientais e contribuindo para o desenvolvimento local;
- b) Respeitar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sua autodeterminação, o acesso à terra, a seus meios de vida e seus princípios culturais e sociais;
- c) Respeitar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, identificando e mitigando potenciais riscos decorrentes das atividades operacionais;
- d) Agir com transparência junto às comunidades potencialmente afetadas por nossas atividades, por meio de iniciativas de consulta livre, prévia e informada;
- e) Estabelecer canal para denúncias e reclamações, de forma acessível às comunidades, comprometendo-se com gestão transparente de tratamento e reparação, quando cabível, por meio de ações eficazes e transparentes;
- f) Manter canais de diálogo para fortalecer o relacionamento comunitário;
- g) Promover práticas de segurança alinhadas com o respeito aos Direitos Humanos;
- h) Implementar iniciativas de esclarecimento e treinamento junto às comunidades potencialmente expostas a riscos, de modo a estimular seu comprometimento com as medidas de segurança e contingência; e
- i) Evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento permanente de indivíduos e comunidades, mas quando necessário, promover tratamento igualitário entre os segmentos sociais afetados, implementando ações que garantam condições de vida similares ou melhores que as existentes, assim como a manutenção das relações sociais e culturais. (Fonte: DI-1PBR-00334 Diretrizes de Direitos Humanos)

Nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores reforça o compromisso com o respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos e à legislação aplicável, bem como estimula a promoção da diversidade, equidade de gênero, igualdade racial e a inclusão de pessoas com deficiência (fonte: Guia de Conduta Ética para Fornecedores, páginas 10 e 11).

A Petrobras participa de diversas iniciativas nacionais e globais que materializam os compromissos com a responsabilidade social e os direitos humanos, dentre as quais destacamos as apresentadas a seguir.

Aderimos, em 2003, ao Pacto Global da ONU, cujos princípios estão relacionados a direitos humanos e práticas de trabalho. Em 2022, firmamos nova parceria com o Pacto Global no Brasil para avançar na Trilha de Direitos Humanos. A parceria busca aprimorar o autodiagnóstico empresarial sobre a governança e os temas críticos em direitos humanos como trabalho decente, igualdade, inclusão, saúde e segurança ocupacional. O projeto também inclui capacitação técnica para fornecedores.

Participamos, desde 2006, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, pelo qual fomos reconhecidos com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça por seis vezes consecutivas. (fonte: <https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/apoio-a-principios-e-iniciativas/>).

Em 2010, aderimos aos sete Princípios de Empoderamento da ONU Mulheres, que tratam da promoção da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse mesmo ano, assinamos a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio da qual declaramos nosso compromisso contra a exploração sexual, em favor da proteção dos direitos da criança e do adolescente (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020, página 324).

Desde 2005, somos signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Em 2015, aderimos ao Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – InPACTO no qual a empresa assume a responsabilidade de cumprir 10 compromissos relacionados à prevenção e à erradicação do trabalho escravo. Para cumprir esses objetivos, foi elaborado um plano de ação pelas áreas de Responsabilidade Social, Jurídico e Suprimentos, tendo em vista a criticidade do tema ao longo da cadeia de fornecedores (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2021, página 268).

Em 2018, assinamos a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, junto a outras seis empresas públicas – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica, Correios e Eletrobras –, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público do trabalho. Nesse compromisso, afirmamos nosso firme propósito de garantir os direitos universais nas atividades empresariais (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020, página 324).

Também em 2018, aderimos à Iniciativa Empresarial pela Igualdade, proposta pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, cujos dez compromissos têm como objetivo o respeito e a promoção da igualdade racial, da igualdade de oportunidades e do tratamento justo a todas as pessoas (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020, página 324).

Em dezembro de 2019, assinamos o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Esse compromisso, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, tem como objetivo fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia de direitos previstos na legislação brasileira e promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial da primeira infância (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020, página 324).

Todas essas iniciativas reforçam nosso compromisso público com uma atuação socialmente responsável e nos orientam quanto aos desdobramentos de gestão interna para sua concretização.

A.2 Processos

Para operacionalizar os direcionadores de responsabilidade social da Petrobras contamos com processos como o “Gerir Relacionamento em Responsabilidade Social e Riscos Sociais” (fonte: PP-1PBR-00191 – Manual do Macroprocesso Gerir Responsabilidade Social).

Consideramos que o risco social é um evento incerto, decorrente das decisões e atividades diretas e indiretas da Petrobras e de fatores externos que, se ocorrerem, podem impactar os direitos humanos, os meios de vida e a dinâmica socioeconômica de uma região. O risco social pode interferir nos objetivos estratégicos da companhia (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios).

O relacionamento comunitário constitui um processo de longo prazo, baseado no diálogo, na transparência e na coerência entre o posicionamento da companhia e as ações implementadas, sendo sistematizado e realizado continuamente durante todo o ciclo de vida dos negócios. As disciplinas estratégicas de riscos sociais e de relacionamento comunitário estão associadas uma vez que o público “comunidades” é um dos públicos prioritários para a gestão de riscos sociais (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios).

A análise dos riscos sociais leva em consideração todo o ciclo de vida do negócio, que inclui as etapas de aquisições, investimento, operação, descomissionamento, hibernação e desinvestimento (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios). No que tange ao descomissionamento de plataformas de produção de petróleo, nosso posicionamento é que as ações de descomissionamento visem sempre o menor impacto sob o ponto de vista ambiental, social, técnico, de riscos operacionais e econômicos, alinhado com a abordagem que fundamenta tecnicamente os processos de licenciamento ambiental. Em 2022, criamos um Comitê Executivo de Descomissionamento, com o objetivo de acompanhar a evolução das melhores práticas mundiais e deliberar as diretrizes estratégicas para a implantação dos projetos de descomissionamento. (fonte: Relatório de Sustentabilidade 2021, página 241).

Os temas a serem contemplados na análise de riscos sociais fundamentaram-se nas seguintes referências: ABNT NBR ISO 26000:2010; ABNT NBR 16.001:2012; documentos e guias da International Finance Corporation (IFC); documentos e guias da Associação Regional das Empresas de Petróleo e Gás da América Latina (ARPEL); documentos e guias da Associação Internacional das Empresas de Petróleo e Gás para questões sociais e ambientais (IPIECA); os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas; além do Código de Conduta Ética e das políticas corporativas e boas práticas da companhia.

Os temas apresentados na Figura 1 auxiliam na identificação de riscos sociais (ameaças ou oportunidades) no relacionamento com as comunidades, com os fornecedores, com o público interno, bem como, com os parceiros de negócio. Os temas foram agrupados em duas dimensões: Desenvolvimento Local e Direitos Humanos, de modo a subsidiar o planejamento das ações de resposta, buscando oportunidades de desenvolvimento local, em alinhamento com a Política de Responsabilidade Social (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios).



Figura 1 – Dimensões e Temáticas de Responsabilidade Social

As etapas do processo “Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida do Negócio” seguem as orientações corporativas de gestão de riscos definidas na Política de Gestão de Riscos Empresariais - PL-0SPB-00007; nas Diretrizes de Gerenciamento dos Riscos Empresariais da Petrobras - DI-1PBR-00106; nas Diretrizes para o Gerenciamento dos Riscos de Projetos de Investimento da Petrobras - DI-1PBR-00276 –B; e na norma ABNT ISO 31000 Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes conforme Figura 2 (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios)



Figura 2 – Etapas do processo Gerir Riscos Sociais e Relacionamento Comunitário

Os riscos sociais consideram diferentes públicos que possam se originar ou vir a afetar. Comunidades, público interno, fornecedores e parceiros de negócio são exemplos de públicos a serem considerados (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios).

Tal padrão estabelece, ainda, que o planejamento dos projetos de descomissionamento inclui o mapeamento de partes interessadas, de acordo com o PE-1PBR-00896 Sistemática de Descomissionamento de Sistemas de Produção de Exploração e Produção (E&P). Assim, a área de Responsabilidade Social pode apoiar os projetos de descomissionamento, notadamente de sistemas de produção do E&P, na identificação de fatores de conflitos com partes interessadas com alto poder de influência, a exemplo de pescadores e outros atores sociais. Adicionalmente, a área de Responsabilidade Social pode, através do relacionamento comunitário, apoiar as ações do projeto e o nivelamento de expectativas (fonte: PP-1PBR-00810 – Gerir Riscos Sociais em todo Ciclo de Vida dos Negócios).

Na Petrobras, o propósito da Responsabilidade Social é promover transformações socioambientais positivas, construir vínculos e relacionamentos pautados na confiança, obter a licença social para operar e consolidar a imagem e reputação da empresa. É importante reforçar que a atuação da Responsabilidade Social da Petrobras contempla ações de relacionamento comunitário para um determinado território, as quais apoiam os empreendimentos em todo o ciclo de vida dos projetos, inclusive nos descomissionamentos.

A3. Plano Integrado de Comunicação e Relacionamento para Descomissionamento

A Petrobras elaborou um Plano Integrado de Comunicação e Relacionamento, a ser implementado em todas as Bacias que tenham projetos de descomissionamento. O Plano tem como um de seus direcionadores o olhar sobre o impacto do descomissionamento nos públicos das áreas de abrangência, especialmente comunidades, alinhado à estratégia corporativa.

Entre as ações previstas, destacamos: 1. Identificar stakeholders e estabelecer uma agenda de comunicação e relacionamento; 2. Manter os públicos de interesse informados de forma clara, conforme os principais marcos do cronograma dos projetos; 3. Ampliar conhecimento das comunidades e do público interno sobre o ciclo natural da indústria; 4. Preparar canal para queixas e reclamações e divulgá-lo às comunidades.

Parte B: Operacionalização da Atuação de Responsabilidade Social na Bahia

A Responsabilidade Social da Petrobras atua junto às comunidades no entorno de suas operações na Bahia, por meio de ações que incluem investimento em projetos sociais e ambientais, voluntariado empresarial e preparação das comunidades para emergências, dentre outras. O descomissionamento área de abrangência da UN-BA é apoiado pela Gerência Setorial de Responsabilidade Social Regional ESNE2.

B.1: Diagnóstico do Relacionamento Comunitário

O relacionamento comunitário constitui um processo de longo prazo, baseado no diálogo, na transparência e na coerência entre o posicionamento da companhia e as ações implementadas, sendo sistematizado e realizado continuamente durante todo o ciclo de vida dos negócios. Portanto, inicialmente busca-se levantar informações e dados que permitam conhecer a realidade local a partir dos contextos interno e externo, bem como incluir no processo de planejamento ações que tratem os riscos sociais mapeados.

O processo “Gerir Planos Locais de Responsabilidade Social e Relacionamento Comunitário” contempla as etapas de diagnóstico e análise, planejamento, execução, monitoramento e avaliação. A Gerência Executiva de Responsabilidade Social realiza contratação de serviços de Diagnóstico Social e a Gerência Executiva de Comunicação e Marcas realiza pesquisa de percepção da imagem da Petrobras nos territórios centrados na Bahia.

Ao longo de 2018, foi elaborado o Diagnóstico e Análise do Relacionamento Comunitário da Bahia com o objetivo de coletar informações a respeito das comunidades existentes na área de abrangência das unidades operacionais da Petrobras.

O Diagnóstico permite traçar um perfil dessas comunidades, verificando de que maneira as atividades das unidades afetam cada uma delas, sendo utilizado como subsídio para a produção dos Planos de Relacionamento Local. Está prevista a realização de novo diagnóstico no período entre 2024 e 2025, com objetivo de atualizar as informações socioeconômicas da área de abrangência da Petrobras na região. agnóstico.

B.2 Plano de Responsabilidade Social e Relacionamento Comunitário

O descomissionamento do Campo de Leodório está, para a Responsabilidade Social, no contexto geral das Unidades da Bahia, e por isso, toda a área de abrangência é objeto de levantamento de informações. A atuação de responsabilidade social na Bahia decorre de uma divisão de território, na qual levantamos os riscos sociais dos nossos negócios, identificamos as comunidades possivelmente impactadas e estabelecemos ações de relacionamento comunitário. Essa atuação territorial, e não por projetos específicos, nos permite compreender a dinâmica das nossas interações de forma mais abrangente e alinhada ao contexto das demandas comunitárias em relação à empresa. Iniciamos a execução do Plano de Responsabilidade Social e Relacionamento Comunitário 2024 da Bahia, composto por 04 macro ações, listadas abaixo, com algumas ações destacadas. Vale destacar que o sistema de gestão de Responsabilidade Social, incluindo este Plano, atende a todo o ciclo de vida do negócio, considerando o interesse e os impactos de todas as unidades e projetos da Petrobras na Bahia, o que inclui o descomissionamento do Campo de Leodório.

1. Conduzir as ações de relacionamento com as comunidades da área de abrangência de nossas atividades, com base no diálogo contínuo e transparente;
 - Em setembro de 2023, foram implantados os Comitês Comunitários nas cidades de São Sebastião do Passé, Araçás e Alagoinhas. Foram realizadas palestras sobre empregabilidade, atuação da UN-BA e sobre os projetos sociais aprovados no edital de seleção pública.



2. Promover ações de prevenção e preparação das comunidades para situações de emergência:
 - Foram realizadas ações de comunicação de entrada em operação de sondas nas áreas de poços da UN-BA.
3. Tratar e monitorar riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente;
 - A equipe de RS da UN-BA apoia os projetos de descomissionamento no que tange à mitigação dos impactos socioeconômicos identificados.



OBS: A atuação da equipe local de Responsabilidade Social para a mitigação de riscos sociais da área de abrangência é articulada com as Gerências de Ativos da Petrobras e com demais gerências envolvidas com públicos externos. Dessa articulação, são realizadas ações que buscam estreitar o relacionamento com as comunidades identificadas e com lideranças e públicos de interesse de modo a manter informada sobre a situação operacional e os riscos que afetem as comunidades.

4. Engajar Público interno, fortalecendo o compromisso da companhia com uma atuação socialmente responsável;
 - Foi organizada em 2023 uma campanha de voluntariado para a criação de uma brinquedoteca na comunidade de Floresta, município de Araçás-BA
 - Será realizada em 2024 ação de sensibilização de lideranças e colaboradores em conteúdos de Direitos Humanos e Diversidade na Petrobras.

O planejamento e o cronograma do Plano de Relacionamento Comunitário são elaborados anualmente, e podem ser revisados e alterados ao longo de sua vigência. Para execução satisfatória do Plano são importantes o conhecimento sobre os atores sociais, a mobilização de comunidades para a participação em eventos e fóruns de diálogo com a Petrobras, as visitas às comunidades, e a participação em espaços de interlocução.

As manifestações das comunidades (sugestões, dúvidas, críticas, elogios e denúncias anônimas) são registradas e tratadas através de canais de atendimento, quais sejam:

Central de Atendimento Petrobras UN-BA: 0800 071 1050
Ouvidoria: 0800 282 8280 ou (21) 3224-6666
E-MAIL: relcom.rne@petrobras.com.br
Celular corporativo: ligações e WhatsApp
SAC: 0800 728 9001

B.3. Programa Petrobras Socioambiental e Iniciativas de Responsabilidade Social na UN-BA

O Programa Petrobras Socioambiental estrutura os investimentos socioambientais da companhia, sendo composto por um conjunto de projetos apoiados de forma voluntária (ou seja, não relacionados ao cumprimento de obrigações legais tais como TACs, condicionantes ambientais etc). Os projetos têm duração média de 2 anos, são executados por instituições sem fins lucrativos e visam a contribuir para a conservação ambiental e para a melhoria das condições de vida das comunidades onde atuamos. O Programa tem quatro linhas de

atuação (Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Florestas), contemplando como temas transversais Direitos Humanos, Inovação e Primeira Infância.

Atualmente, estão vigentes os seguintes projetos socioambientais (isto é, além dos projetos definidos pelo licenciamento) na área de abrangência da UN-BA. Essa carteira é dinâmica, pois os projetos são contratados e se encerram em momentos diferentes, ao longo do ano.

1. Projeto Mão na Massa



Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento de competências para o trabalho, ampliação das oportunidades de inserção profissional dos participantes e fortalecimento das instituições locais.

Linha de atuação: Desenvolvimento Econômico Sustentável, em atendimento ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

Área de atuação na UN-BA: Alagoinhas e Araçás (BA)

Vigência: 2021 – 2023

2. CEE- Centro de Esporte e Educação – Bahia



Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento humano integral de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social de escolas públicas, por meio da prática do futsal, handball e xadrez como instrumentos de inclusão social, saúde e lazer, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Linha de atuação: Educação, em atendimento ao ODS 4 – Educação de Qualidade

Área de atuação na UN-BA: Araçás, Catu, Entre Rios e São Sebastião do Passé (BA)

Vigência: 2024-2027.

3. Semeando o Bem Viver

Objetivo: O projeto promove assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e suas organizações, incentivando a adoção de tecnologias sociais para a agroecologia e a

economia solidária. Linha de atuação: Desenvolvimento Econômico Sustentável, em atendimento ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Área de Atuação na UN-BA: Araçás, Alagoinhas, Candeias, S. Sebastião do Passé, Entre Rios e Catu (BA)

Vigência: 2024-2027 (em fase de assinatura de contrato)

4. Trilhas Solidárias

Objetivo: O projeto promove a geração de trabalho e renda em comunidades rurais por meio de um programa de formação, assessoria e acompanhamento em gestão, produção e comercialização e desenvolvimento territorial sustentável e solidário, com a implantação de quintais produtivos, sistemas de produção agroecológica e tecnologias sociais de captação de água e preservação de mananciais.

Linha de atuação: Desenvolvimento Econômico Sustentável, em atendimento ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Área de Atuação na UN-BA: Araçás, Alagoinhas, Candeias, S. Sebastião do Passé, Entre Rios e Catu (BA)

Vigência: 2024-2027 (em fase de assinatura de contrato)

5. Qualifica Ouro Verde



Objetivo: : O projeto promove a capacitação profissional de jovens e adultos das comunidades por meio de oficinas, cursos, palestras e atividades pedagógicas para o desenvolvimento econômico sustentável e cooperativismo, ações de sensibilização das comunidades para a preservação do meio ambiente, o fortalecimento do vínculo comunitário, inclusão social, empoderamento das famílias, promoção a cidadania, formação de associações e lideranças, respeito e a cultura de paz.

Linha de atuação: Desenvolvimento Econômico Sustentável, em atendimento ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Área de Atuação na UN-BA: Araçás, Alagoinhas, Candeias, S. Sebastião do Passé, Entre Rios e Catu (BA)

Vigência: 2024-2027 (em fase de assinatura de contrato)

6. Territórios em Ação



Objetivo: O projeto procura fortalecer associações e cooperativas de agroecologia e agricultura familiar na região metropolitana de Salvador e Litoral Norte da Bahia, promovendo a geração de renda em comunidades rurais e tradicionais, com ênfase na pesca artesanal, agricultura familiar e tratamento de resíduos sólidos, incentivo à comercialização dos produtos, inclusão digital das comunidades e incentivo ao microcrédito solidário nas comunidades atendidas.

Linha de atuação: Desenvolvimento Econômico Sustentável, em atendimento ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.

Área de Atuação na UN-BA: Araçás, Alagoinhas, Candeias, S. Sebastião do Passé, Entre Rios e Catu (BA)

Vigência: 2024-2027 (em fase de assinatura de contrato)

7. Projeto Budiões



Objetivo: Promover a conservação dos ambientes recifais da costa brasileira a partir de medidas de proteção e conservação das populações de budiões, que são espécies chaves no mecanismo de funcionamento ecológico dos recifes. Nesta perspectiva, serão implementadas ações de pesquisa, educação ambiental, capacitação de comunidades tradicionais e divulgação científica. Suas ações contribuem para o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos do ICMBio.

Linha de atuação: Oceano, em atendimento ao ODS 14 – Vida na Água.

Área de atuação na UN-BA: Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália e Itacaré (BA)

Vigência: 2022 – 2026

8. Projeto Mares:

Objetivo: implementar ações de educação ambiental, pesquisa, monitoramento e restauração de recifes de coral, com vistas à ciência cidadã e educação ambiental voltadas à conservação do ambiente marinho em comunidades da Ilha de Itaparica, na Bahia.

Linha de atuação: Oceano, em atendimento ao ODS 14 – Vida na Água.

Área de atuação na Bahia: Vera Cruz e Itaparica (BA)

Vigência: 2022 – 2025

9. Programa Janelas para o Amanhã



O programa Janelas para o Amanhã está vigente e tem por objetivo promover a inclusão digital por meio do atendimento a 26 escolas do estado da Bahia. Tais escolas foram beneficiadas com a doação de 746 computadores em 2023.

14. Ações de Voluntariado

Em nosso programa de voluntariado, colaboradores doam parte do seu tempo, conhecimento ou recursos ao exercício das atividades, enquanto a empresa provê a estrutura necessária para dar suporte a essas ações, inclusive liberando parte das horas de trabalho do empregado para sua atuação voluntária. Em toda a empresa, anualmente temos a ação **Leão do Bem**, que tem o objetivo de estimular a força de trabalho a destinar parte do imposto de renda para projetos que atendam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, conforme Lei Federal de Destinação Solidária;

- Na Bahia, em 2023 foi realizada uma campanha para arrecadar brinquedos e livros infantis para a formação de uma **Brinquedoteca** numa escola municipal na comunidade de Floresta, município de Araçás (BA).




Anexo 2 – Licença de Operação

Licença de Operação amparada pela Portaria INEMA Nº 22922/21, processo 2017.001.000796/INEMA/LIC-00796:

Licenciamento Ambiental PORTARIA INEMA			
Portaria INEMA nº 22.922	Empresa / Nome PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS	Publicação no D.O.E 06/05/2021	Validade 06/05/2025
Endereço: Campo Leodório.		CNPJ / CPF 33.000.167/0236-67	Município Entre Rios

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA, com fulcro nas atribuições e competências que lhe foram delegadas pela Lei Estadual nº 12.212/11 e Lei Estadual nº 10.431/06, alterada pela Lei nº 12.377/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/12 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2017.001.000796/INEMA/LIC-00796, RESOLVE: Art. 1º - Conceder **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**, válida pelo prazo de 04 (quatro) anos, à **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, inscrita no CNPJ nº 33.000.167/0236-67, com sede na Fazenda Modelo, S/N, no município de Catu, para operação do Campo Leodório que contempla os poços 1-LE-0001-BA e 1-LE-0002-BA e linha de produção com diâmetro de 3" direcionada para Instalação de Embarque LE-02, composta por um tanque, na área do poço, com capacidade de 43 m³, localizado no município de Entre Rios, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos seguintes condicionantes: I. comunicar ao INEMA as situações de emergências ambientais, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO CEPRAM N. 4.854/2021; II. requerer previamente ao INEMA a competente licença, no caso de alteração do processo apresentado, conforme Art(s). 116 e 151 do Regulamento da Lei 10.431/2006, aprovado pelo Decreto 14.024/2012; III. cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme apresentado ao INEMA, devendo atualizá-lo sempre que houver modificações de processo que impliquem em alterações na geração de resíduos; IV. segregar, identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos destinados à armazenagem provisória em área reservada, dotada de cobertura e piso impermeabilizado, devidamente sinalizada de acordo com a classe do resíduo, atendendo aos critérios de armazenamento estabelecidos pela Norma técnica da ABNT NBR 11.174/1990 para o armazenamento dos resíduos de classe II (inertes e não inertes) e pela Norma técnica da ABNT NBR 12.235/1992 para armazenamento de resíduos classe I (perigosos). Encaminhar posteriormente os resíduos para destinação final em instalações com licença ambiental para tal fim. Priorizar, sempre que possível, o reuso e a reciclagem; V. destinar os resíduos industriais Classe I para tratamento e disposição final em empresas licenciadas pelo órgão ambiental competente, efetuando junto ao INEMA a Declaração de Transporte de Resíduos Perigosos – DTRP, conforme o disposto no Art. 156 do Decreto nº 14.024/12; VI. operar e manter em condições adequadas de funcionamento os equipamentos e sistemas de proteção contra vazamentos, conforme as Normas técnicas da ABNT pertinentes e projeto apresentado ao INEMA; VII. atender à Resolução CEPRAM Nº 4610/2018 e alterações, com base no Documento Técnico Orientador [disponível no site do INEMA], no que diz respeito à Educação Ambiental para esse empreendimento; VIII. cumprir o componente de Educação Ambiental: Ações de Divulgação, constante no anexo I da Resolução CEPRAM Nº 4610/2018 e alterações, indicado para a categoria desse empreendimento; IX. encaminhar os efluentes gerados por águas pluviais contaminadas, recolhidas do sistema de recuperação de drenagem oleosa para a Estação Araçás B ou outra estação licenciada; X. armazenar líquidos inflamáveis, combustíveis e gases de acordo com as normas técnicas vigentes (Norma Regulamentadora NR-20 do Ministério do Trabalho e Emprego) em área com canalata para contenção de um possível vazamento dos produtos perigosos no local onde estes ficam armazenados, interligando-a a uma caixa de coleta; XI. promover a manutenção periódica de todas as placas de sinalização e marcos de concreto presentes em toda a extensão das faixas de servidão dos dutos, objetivando a sua fácil identificação; XII. realizar a cada 3 (três) anos, simulados com o objetivo de garantir o envolvimento e entrosamento de toda a equipe de resposta a acidentes e situações de risco; XIII. atualizar e implementar Programa de Gerenciamento de Risco do empreendimento, conforme o disposto na Resolução CEPRAM nº 4.578/2017, que aprovou a Norma Técnica NT- 01/2017, que estabelece os critérios de exigibilidade e fornece subsídios para a elaboração de um Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) para empreendimentos implantados ou em implantação no estado da Bahia; XIV. encaminhar anualmente ao INEMA, o Relatório Técnico de Garantia Ambiental –RTGA, devendo contemplar as seguintes informações principais referentes ao Sistema de Escamento: a) descrição das atividades de manutenção e inspeção realizadas, com indicação dos serviços realizados e resultado final (a e atualização das pendências relativas às recomendações apontadas nas vistorias, b) relato de todos os desvios e ocorrências emergências referentes ao período, bem como providências tomadas, medidas de prevenção e resultado final (a e análise de viabilidade ambiental de competência do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, cabendo ao interessado obter a Anuência e/ou Autorização das outras instâncias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, se a análise de viabilidade ambiental de competência do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes desta portaria devem ser protocolados exclusivamente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI BAHIA, conforme disposto no Art. 1º da Portaria INEMA nº 21.953 de 07 de dezembro de 2020. Art. 5º - Esta Licença entrará em vigor na data de sua publicação.



INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Leonardo Carneiro Oliveira Cruz
 Diretoria de Regulação
 Matrícula 45.365.948-8

Márcia Cristina T. de Araújo Lima
 Diretora Geral
 Matrícula 09.443.465-7

GOVERNO DO ESTADO
 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, 6ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia, 600, CEP 41.745-972, Salvador, Bahia, Tel: 71-3118-4267, Fax: 71-3118-4210, site: www.inema.ba.gov.br